

XV Assembléia Geral do C.N.G.

Como vem acontecendo todos os anos, reuniu-se na primeira quinzena de julho do corrente ano, em Assembléia Geral os Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística, órgão competente do I.B.G.E. que congrega o sistema geográfico e estatístico do país. Às assembléias compareceram representantes de todos os estados da Federação, dos ministérios e dos órgãos culturais e técnicos.

Ao ato de instalação, reunidos os delegados das duas alas do I.B.G.E., compareceram autoridades civis e militares, e representantes das instituições ligadas ao sistema. Dando início aos trabalhos de instalação, o Dr. ELMANO CARDIM, presidente do I.B.G.E., proferiu o seguinte discurso:

“Neste primeiro contacto com os plenários dos Conselhos que tenho a honra de presidir, a sensação que experimento não é a de apresentação de novos companheiros, mas a de encontro com velhos amigos.

Na verdade, posso dizer que jamais fui um estranho em vossos círculos, pois o Conselho Nacional de Estatística me distinguiu mais de uma vez como jornalista, incluindo-me em seu corpo de consultores técnicos. Coube-me, além disso, a honra de participar da Comissão Censitária Nacional, orientadora dos trabalhos do recenseamento geral de 1940, nos quais se empenharam as duas alas permanentes do Instituto — a geográfica, levantando a cartografia dos municípios; a estatística, empregando sua rede de agências e seus recursos técnicos nas diversas fases da operação.

Durante o período de vicissitudes a que foi submetida esta Casa, tive a satisfação de pugnar, através do tradicional órgão de imprensa em que exerço minha atividade, pela defesa dos valores ameaçados e preservação das bases técnicas e jurídicas em que repousa o vosso sistema de cooperação interadministrativa.

Eis as razões, de resto, pelas quais há cerca de dez meses, honrado pelo Sr. Presidente da República, somente me submeti à cordial imposição de vir continuar a fortalecer, no I.B.G.E., a obra de recomposição já iniciada pelo meu ilustre antecessor.

Aceitei, assim, um cargo que, sem vantagens materiais, constitui um pesado, porém grato, munus público, tão empolgante é a vossa causa e tal é a filosofia de trabalho

que nos inspira a reconhecida “mística ibgeana”.

Para reacender o fogo de entusiasmo por esta causa, assegurando à coordenação dos serviços geográficos e estatísticos aquelas características que aprendera a admirar, convoquei para os postos de direção dos Conselhos dois antigos e devotados servidores da instituição, aptos a desempenharem suas funções com a competência e o entusiasmo contagiante que é o verdadeiro segredo da harmonia e do êxito das nossas atividades. É-me grato ressaltar, aliás, que do próprio quadro de funcionários de um e de outro Conselho saíram todos os titulares dos cargos de direção e chefia.

Realiza-se esta XV sessão das Assembléias Gerais do Instituto no momento em que chega à fase final uma série de congressos científicos e técnicos-administrativos que, como já foi dito, tornaram o nosso país o centro da estatística mundial. Tendentes fartos motivos de regozijo pelo êxito das sucessivas reuniões, de cujos trabalhos preparatórios e de secretaria o I.B.G.E. se desobrigou com louvada eficiência, demonstrando, mais uma vez, a capacidade de organização e o exemplar senso de responsabilidade de seu pessoal.

Saimos dessas reuniões, ademais, disso, justamente felizes pela projeção do nosso país, pela valia da contribuição dos técnicos brasileiros, pela recomendação a outras nações de experiências nossas no campo administrativo especializado, como é o caso da padronização orçamentária. Sobre tudo na indicação de medidas que os governos dos Estados Americanos devem adotar, para a organização e coordenação das estatísticas nacionais, está expresso mais uma vez o reconhecimento, no plano internacional, das fecundas virtualidades da fórmula de centralização técnica, à base da cooperação interadministrativa, adotada na articulação do sistema estatístico-geográfico brasileiro.

Esta é a vitória fundamental do I.B.G.E. através do tempo e no seio de nossa irrequieta vida política e institucional, a sugerir ainda solução para outros domínios da atividade estatal e privada.

Chego mesmo a imaginar que estaria em semelhante forma de coordenação o procurado meio de disciplinar o exercício de determinados serviços da maior importância cultural — além de sua significação política e interesse

para a segurança nacional —, como é, por exemplo, a radiodifusão. A esses serviços, concedidos pelo Estado, falta, reconhecidamente, um controle de feição democrática que, sendo compatível com a plenitude da liberdade devida aos meios de manifestação do pensamento, fôsse, também, capaz de preservar o poderoso instrumento de cultura que é o rádio, das deformações e abusos que a consciência nacional não pode admitir, mas que o Estado não deve coibir politicamente.

A coordenação de qualquer gênero de funções e atividade é fruto, inicialmente, de uma concordância de vontades. Daí provém a cooperação e, com ela, a renovação quotidiana do desejo de servir ao bem comum.

Os frutos dessa conduta, em que se inspira continuamente a atuação do I.B.G.E., estão diante do vosso exame.

Aqui estudareis, como das vèzes anteriores, os problemas de imediato interesse para os nossos serviços, dentre os quais lembrarei, por ser de preocupação comum aos dois grandes ramos do Instituto e constituir assunto da maior relevância para o país, a instabilidade da divisao territorial administrativa e judiciária. A ineficácia da legislação restritiva da facilidade de modificação dos quadros de cada unidade federada vem ocasionando sérios embaraços, não só aos levantamentos estatísticos, mas também à ubiquação sistemática desses dados ao âmbito territorial de que correspondem; além disso, torna impossível, em muitos casos, o preparo de mapas corretos e atualizados, em que figurem os limites das circunscrições municipais.

Parece-me oportuna a ocasião para dirigir aos governos que representais, aos Diretórios Regionais de Geografia e às Juntas Executivas Regionais de Estatística um apêlo no sentido de que atentem para a gravidade da questão, a fim de que se procure, ao menôs, atenuar as dificuldades que ora se apresentam, sanando as falhas e os erros cometidos.

Torna-se necessário intensificar a documentação geográfica em geral, especialmente pela coleta de elementos cartográficos, tendo em vista não só as exigências atuais, mas também a realização do recenseamento geral de 1960, cujos trabalhos preparatórios reclamam nova campanha de mapas municipais, a exemplo da que se empreendeu, com resultados apreciáveis, por ocasião do recenseamento de 1940.

Este e outros reclamos no setor geográfico estão ligados à necessidade de expansão da ajuda técnica do C.N.G., cuja tarefa co-

ordenadora deve exercer-se, efetivamente, sobre órgãos regionais integrados no seu sistema. E este o empenho, em que ora nos encontramos, com o intuito, aliás, de retribuir, em proveito comum, a valiosa colaboração dos Diretórios Estaduais e Municipais e de todo o país, com os quais se estabeleceu maior contacto, graças à publicação bimestral do *Boletim Informativo*.

Não é outra a orientação que está seguindo a Secretaria-Geral do C.N.G., solidamente apoiada, em suas iniciativas e no cumprimento de suas atribuições regulamentares, pelo Diretório Central, a cujo devotado labor rendo também minha homenagem.

Através de suas divisões técnicas, vem aquela Secretaria prestando proveitosa colaboração a diversos órgãos e instituições, com a execução de trabalhos decorrentes dos convênios firmados.

Haja vista a elaboração de um atlas escolar destinado a grande tiragem, a baixo custo unitário, contratado com o Ministério da Educação e Cultura, e o preparo de mapas de estados, por encomenda dos respectivos governos. Estudos pormenorizados sobre determinados aspectos e fenômenos da região amazônica serao, igualmente, realizados, em virtude de convênio com a Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia.

Emprega-se a fundo, também, a Secretaria-Geral, no cumprimento dos encargos que lhe foram confiados pelo Govêrno Federal e das resoluções da Assembléia Geral e do Diretório Central do Conselho, bem como nos trabalhos preparatórios do XVIII Congresso Internacional de Geografia, a realizar-se no Rio de Janeiro em agosto de 1956, trabalhos esses dos quais resultará importante documentação sobre novas zonas do território nacional, a serem visitadas e estudadas pelos congressistas.

A organização de um congresso desse gênero é confiada pela primeira vez a nação do hemisfério sul. O fato de haver recaído a escolha sobre um país das regiões tropicais desperta interesse especial nos meios científicos mundiais.

Numerosos outros trabalhos executados e programados vos serão relatados pelo secretário-geral do C.N.G., em ocasião oportuna. E embora o mesmo deva fazer, na primeira sessão plenária, o responsável direto pelos serviços técnicos e administrativos da ala estatística, não me dispensarei de mencionar alguns fatos mais importantes ocorridos no

período entre a última e a atual sessão destas Assembléias Gerais.

Para êles, de modo geral, contribuíram decisivamente quer a Junta Executiva Central, num fecundo e intenso labor, que merece o nosso maior aprêço, quer as Juntas Executivas Regionais, com a sua prestimosa colaboração.

Dispensando os necessários cuidados à crescente eficiência do aparelho da coleta, base de tôdas as suas atividades, o C.N.E. está executando um plano de aquisição de sedes para as Inspetorias Regionais. A reestruturação administrativa dessas repartições e das Agências Municipais de Estatística, realizada em maio último, coroou uma série de medidas ligadas à execução de um planejamento geral, em proveito dos serviços e atendendo às mais justas reivindicações do funcionalismo.

Aliás, no campo da política do pessoal, para a qual oferecetes, em resolução memorável sôbre os problemas de base do Brasil, sugestões generosas, permanecia o Conselho em lamentável omissão, agora preenchida, relativamente à concessão de aposentadoria aos seus servidores. A êstes foi também assegurado um sistema de aferição de merecimento e promoções automáticas que representa apreciável conquista, além da revisão do enquadramento que deixara à margem ou mal atendidos muitos dêles.

A essas e outras providências não terão sido estranhos os consideráveis progressos alcançados na execução das tarefas técnicas. Bastaria mencionar o fato, realmente auspicioso, de se ter cumprido, nos prazos mais curtos até agora verificados, a 19.^a Campanha Estatística. O mesmo se pode dizer em relação à distribuição dos questionários do Registro Industrial e já de sua coleta. Igual avanço foi obtido no levantamento dos Inquéritos Econômicos e na execução de outros encargos específicos, no campo da pesquisa estatística.

A obra de divulgação estatística tem prosseguido com o desejado proveito, sendo de salientar, com relação a êsse campo e ao preparo de todo o material destinado a ambos os Conselhos, a ampliação do equipamento do Serviço Gráfico do Instituto, com o objetivo, já concretizado, de aumentar-lhe a capacidade e a eficiência notória. Nesse setor, estão em curso, igualmente, as providências, que determinastes em sessão anterior desta Assembléia Geral, para a ampliação de sua vila operária.

Sob a responsabilidade do C.N.E. cumpre também destacar, antes das informações mais minuciosas que vos serão transmitidas oportunamente, as providências tomadas, com êxito muito significativo, para apressar o encerramento da apuração dos censos de 1950.

Regozijo-me, ainda, em poder mencionar o encaminhamento, ao Congresso Nacional, de mensagem do Poder Executivo, solicitando lei de criação do serviço de estatística do Ministério da Viação e Obras Públicas, preenchendo-se, dêsse modo, no sistema de órgãos centrais da órbita federal do Instituto, uma lacuna que vinha sendo assinalada há vários anos.

Cumpre, finalmente, referir, em proveito do nível profissional dos estatísticos brasileiros, a atuação da Escola Nacional de Ciências Estatísticas, que, neste momento, vai realizar um seminário de alta cultura científica, sob a responsabilidade de eminentes participantes das reuniões internacionais de estatística.

Senhores Delegados:

Recebendo-vos nesta Casa, que é vossa, e a cujo serviço dedicais energia e patriotismo, tenho diante de mim a própria imagem da federação brasileira, animada dos fecundos sentimentos de solidariedade e dos melhores propósitos em benefício da pátria comum.

Mais do que formular votos pelo êxito dos vossos trabalhos, como é de praxe nessas ocasiões — pois estou seguro de que o alcançareis em ambiente cordial e fraterno —, quero manifestar-vos meu reconhecimento, aos governos que representais e a cada um de vós, individualmente, pela cooperação prestada às atividades estatísticas e geográficas e pela vossa presença a êste encontro anual da grande família ibgeana.”

Falaram ainda os Profs. HILGARD O'REILLY STERNBERG e AQUILES S. JÚNIOR, em nome da delegação federal, e Prof. JOFRE BORGES DE ALBUQUERQUE, FLÁVIO MENA BARRETO DE MATOS, pela delegação estadual.

Instalados os trabalhos, as Assembléias dos Conselhos de Geografia e Estatística, passaram a se reunir separadamente, deliberando sôbre os assuntos peculiares a seu âmbito.

Na primeira reunião ordinária da Assembléia Geral do C.N.G., o Eng.^o FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES, secretário-geral, leu o relatório das atividades do Conselho no interregno de julho de 1954 até

a presente assembléa, cujo texto transcrevemos abaixo:

“Por imposição de seu regimento, a Assembléa Geral é reunida, cada ano, para proceder à tomada de contas relativas ao exercício anterior; para inteirar-se do movimento geográfico, ocorrido no país; para indicar medidas de ação imediata no setor de sua competência e especialidade; e, finalmente, planejar, no âmbito nacional, trabalhos para a expansão da Geografia.

Possibilitando colimar finalidade tão expressiva, outros dispositivos regulamentares determinam a apresentação à Assembléa Geral de relatórios circunstanciados das atividades e realizações dos órgãos que integram o Conselho, empreendidas durante o intervalo das sessões da Assembléa, através dos quais fique delineado, em termos atuais e precisos, o panorama geográfico brasileiro, do ponto de vista cultural, técnico e administrativo.

Seguindo proveitosa tradição de anteceder aos relatos das atividades dos órgãos regionais, — a serem apresentados pelos ilustres delegados presentes — cabe ao secretário-geral o honroso encargo de trazer, nesta oportunidade, ao conhecimento da Assembléa, na forma prevista, a atuação desenvolvida pelo Diretório Central e pela Secretaria-Geral, no período compreendido entre a sua XIV sessão ordinária e a que ora se realiza.

Diretório Central — Investido regimentalmente da competência de resolver as questões técnicas e administrativas relacionadas com as atividades da instituição, *ad referendum* da Assembléa, o Diretório Central empenhou-se vivamente na solução adequada dos problemas levados à sua alta consideração. Assim, mediante esclarecidos pronunciamentos e deliberações que houve por bem tomar, o Diretório Central, em 19 reuniões, das quais 7 extraordinárias, aprovou 22 resoluções numeradas de 477 a 502, dentre as quais cumpre distinguir as de ns.: 479 — que “Designa as Comissões de Legislação e de Orçamento para elaborarem projeto de resolução, tendo em vista o cumprimento da resolução número 442, da Assembléa Geral”, “Que dispõe sobre a reestruturação de quadros e carreiras do pessoal do Conselho”; 483 — que “Autoriza a Secretaria-Geral a colaborar nas excursões preparatórias do XVIII Congresso Internacional de Geografia”; 484 — que “Concede auxílio para atender ao custeio das excursões preparatórias do XVIII Congresso Internacional de Geografia”; 489 — que “Dá Regi-

mento à Secretaria dos órgãos deliberativos do Conselho Nacional de Geografia”; 492 — que “Fixa o orçamento do Conselho para 1955”; e por fim, a 493 — que “Dispõe sobre o direito de aposentadoria dos servidores do Conselho Nacional de Geografia”.

Durante êsse período ocorreram as seguintes substituições na composição daquele órgão deliberativo: em 16 de novembro de 1954 o ministro ALTAMIR DE MOURA tomou posse no Diretório como representante especial do Ministério das Relações Exteriores, em substituição ao ministro TEIXEIRA SOARES; o almirante AMORIM DO VALE, tendo sido nomeado ministro da Marinha foi substituído pelo vice-almirante JORGE DA SILVA LEITE; em 14 de dezembro de 1954, o Eng.^o ARMANDO MARQUES MADEIRA tomou posse, em substituição ao Dr. SEBASTIÃO NASCIMENTO, como delegado técnico da Prefeitura do Distrito Federal; em 22 de março de 1955, deixou de fazer parte do Diretório Central na qualidade de delegado técnico do Ministério das Relações Exteriores, o coronel RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA; em 19 de abril de 1955 o Eng.^o JESUÍNO DE FREITAS RAMOS, delegado técnico do Ministério da Fazenda foi substituído pelo Eng.^o ROMERO ESTELITA, sendo seu suplente o Eng.^o MURILO CASTELO BRANCO.

Empossado no alto cargo de presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 24 de setembro de 1954, o Dr. ELMANO CARDIM, em 12 de outubro, presidiu, pela primeira vez, a reunião do Diretório Central. Assumindo o cargo de secretário-geral do Conselho, em 30 de setembro de 1954, o orador que vos fala compareceu, pela primeira vez, à sessão do Diretório Central, também, a 12 de outubro do ano passado. Igualmente, nessa data, passou a participar dêsse órgão deliberativo, nas funções de secretário-assistente, o Prof. NILO BERNARDES.

As Comissões Permanentes do Diretório Central passaram a ter a seguinte composição: Comissão de Legislação: delegados técnicos dos Ministérios da Guerra, da Viação e representantes do Conselho Nacional de Estatística, respectivamente, general NÉLSON DE CASTRO SENA DIAS, Eng.^o FLÁVIO VIEIRA e Eng.^o MOACIR MALHEIROS FERNANDES SILVA; Comissão de Orçamento: delegados técnicos dos Ministérios da Fazenda, da Marinha e representante especial do Ministério da Educação, respectivamente, Dr. ROMERO ESTELITA, contra-almirante JORGE DA SILVA LEITE e Prof. CARLOS DELGADO DE CARVALHO; Co-

missão de Redação: delegados técnicos dos Ministérios da Aeronáutica e das Relações Exteriores, respectivamente brigadeiro ANTONIO AZEVEDO DE CASTRO LIMA e ministro ALTAMIR DE MOURA e o secretário-geral, como membro nato. As representações dos Ministérios da Guerra e da Fazenda nessas Comissões vêm sendo exercidas pelos respectivos suplentes: coronel JACINTO DULCARDO MOREIRA LOBATO e engenheiro MURILO CASTELO BRANCO.

Dando prosseguimento à feliz iniciativa, perante o Diretório Central, foram feitas, por servidores da Casa, palestras, através das quais esse órgão deliberativo tomou pormenorizado conhecimento das atividades de maior interesse, desenvolvidas pela Secretaria-Geral. O Prof. ORLANDO VALVERDE, diretor da Divisão de Geografia, prestou informações sobre os trabalhos realizados naquela Divisão; o Eng.^o HONÓRIO BEZERRA, chefe da Seção de Nivelamento da Divisão de Cartografia, discorreu sobre as observações, por ele colhidas, durante seu estágio no "U.S. Coast and Geodetic Survey"; o Prof. ALÍRIO DE MATOS fez circunstanciada explanação sobre os trabalhos em curso na Divisão de Cartografia, da qual é diretor. Complementando a série de informes sobre atividades cartográficas da Secretaria-Geral, falaram, em outras oportunidades, os engenheiros GILVANDRO SIMAS PEREIRA e LISANDRO VIANA RODRIGUES, chefes, respectivamente, das Seções de Levantamentos Mistos e Bases, Astronomia e Gravimetria.

O Diretório Central no decurso das reuniões que realizou, houve por bem emitir pronunciamentos de congratulações, de regozijo, de pesar e de louvor acerca de fatos e personalidades, direta ou indiretamente ligados à geografia do país e ao Conselho. Dentre esses justo é ressaltar as homenagens prestadas ao coronel RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA, por ocasião do seu afastamento, em 22 de março de 1954, das funções de delegado técnico do Itamarati, em cuja investidura, desde 1938, prestou relevantes serviços ao Conselho Nacional de Geografia.

Enfeixando as informações referentes ao Diretório Central, cabe registrar, entre outras, a honrosa visita do eminente geógrafo, Prof. ORLANDO RIBETRO, 1.^o vice-presidente da União Geográfica Internacional, vindo ao Brasil em missão especial, relacionada com a realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia, em nosso país, no próximo ano de 1956.

Secretaria-Geral — Órgão executivo central do Conselho, a Secretaria-Geral, no período de que trata o presente relato, deu prosseguimento normal às atividades de sua competência, envolvendo encargos e tarefas de natureza geográfica, cartográfica, cultural e administrativa.

Trabalhos geográficos — Dessarte, a Divisão de Geografia, mediante plano bem definido, continuou o levantamento bibliográfico específico, tendo em vista o preparo da "Geografia do Brasil".

Por outro lado, dando maior amplitude ao empreendimento determinado na resolução n.^o 414 da Assembléia Geral, em 24 de dezembro de 1954, foi firmado entre a Secretaria-Geral do Conselho e o Ministério da Educação e Cultura, um convênio através do qual a Divisão de Geografia assumiu o encargo de elaborar um atlas escolar, de acordo com o programa de 1.^o e 2.^o ciclos do Curso Secundário, cujas despesas de impressão serão pagas por aquela Secretaria de Estado. A tiragem mínima para o atlas será de 100 000 exemplares. O plano de sua organização abrange a representação cartográfica de todos os fenômenos de ordem física, humana, econômica e política relativos ao território nacional. Essa importante contribuição para o ensino da Geografia à juventude do país, já se encontra em pleno desenvolvimento.

No que tange aos estudos geográficos propriamente ditos, cumpre ressaltar, de plano, o trabalho que vem sendo realizado pela Divisão de Geografia do Conselho, com referência ao "Mapa Fitogeográfico do Brasil", previsto na escala de 1:2 500 000, cuja consecução é objeto de maior interesse da Secretaria-Geral.

Estudos regionais — A geografia regional, igualmente, continuou a merecer a atenção devida, do que são exemplos representativos os trabalhos a seguir indicados. Quanto à Região Norte do país, foi elaborado o mapa de vegetação do território do Rio Branco e feitos estudos de reconhecimento geográfico nessa unidade federada.

São dignos de registro, ainda, os estudos feitos sobre o clima da Amazônia e o preparo de um mapa da distribuição da população, aos quais se acrescentaram relatórios preliminares das áreas da Amazônia Maranhense e da Amazônia Mato-Grossense.

Sobre a Região Leste, foi elaborado na Divisão de Geografia um cartograma da Grande Região Leste, na escala de 1 por 2 000 000, bem como foi procedida à revisão

da divisão regional dessa área, e feito um estudo a respeito de seu clima.

Dois trabalhos assinalaram os estudos geográficos concernentes ao Sul do país: a síntese de geografia econômica sobre a produção de erva-mate no sul do país e a produção de fumo no Rio Grande do Sul.

Com referência ao Centro-Oeste, há que registrar os mapas do relevo e do clima da região.

Completando os sucintos informes sobre as mais significativas atividades da Divisão de Geografia, cabe apontar, do mesmo modo os seguintes trabalhos: mapa da distribuição da população dos estados do Ceará, Pará, Goiás, Amazonas e territórios do Rio Branco e Acre; cartogramas da divisão municipal em 1950, dos estados do Maranhão, Pernambuco, Ceará e da região amazônica; cálculo dos centros de gravidade da população: decim da população segundo o censo de 1950, de todas as unidades federadas; cálculo do deslocamento, dos centros de gravidade da população, segundo os censos de 1872, 1890, 1900, 1920, 1940 e 1950; dados sobre as sedes municipais, com a data da investidura, posição e altitude; e finalmente a realização de um curso sobre solos, dado pelo professor LUÍS BRAMÃO.

Em cumprimento ao plano estabelecido, de realizar trabalhos de campo destinados ao preparo de monografias e sínteses de geografia regional, os técnicos dessa Divisão fizeram excursões de estudo à bacia do Jacuí, ao pantanal mato-grossense e à zona pioneira do estado de Mato Grosso.

De acôrdo com a decisão tomada em 1952, pela Assembléia Geral da União Geográfica Internacional, a IX Assembléia Geral e o XVIII Congresso Internacional de Geografia, realizar-se-ão de 9 a 18 de agosto, na cidade do Rio de Janeiro. Visando assegurar o maior êxito do certame, a Assembléia Geral do Conselho aprovou a resolução n.º 439, de 9 de julho de 1954, dispondo sobre a contribuição a ser prestada pela entidade à organização e realização do XVIII Congresso. Nesse sentido, e dando cumprimento às determinações contidas na resolução n.º 439, a Divisão de Geografia levou a terno excursões preliminares previstas para o Congresso, a saber: I — *Rio Amazonas, de Belém a Manaus*, com digressões; II — *Corte E-W de Pernambuco e da Paraíba*, prolongando-se até o Cariri cearense; III — *Vale do rio Doce e centro de Minas Gerais*; IV — *Leste e norte*

da Bahia; V — *Zonas coloniais do Sul*; VI — *Planalto Mato-Grossense*.

Em complemento a essas excursões preliminares estão sendo elaborados os respectivos livros-guias.

Trabalhos cartográficos — No setor cartográfico, a Secretaria-Geral deu continuidade aos trabalhos técnicos de campo e de gabinete, objetivando todos à carta geral do Brasil.

No que se refere à triangulação, foram realizados trabalhos nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Bahia, Paraná, São Paulo e Minas Gerais, compreendendo o total de 814 quilômetros de reconhecimento; 752 quilômetros de extensão triangulada; reconhecidos 105 vértices e triangulados 81.

A maior parte dos trabalhos de nivelamento foi executada no estado da Bahia, cujos dados gerais atingem 2 021 quilômetros nivelados compreendendo 45 000 estações; 1 361 marcos construídos; e estabelecidas 1 632 referências de nível.

Por uma digressão realizada no círculo n.º 31, do plano, foi feito trabalho no ramal do Pico da Bandeira, confirmando-se a altitude desse ponto culminante do Brasil.

Os trabalhos de levantamentos mistos estiveram todos êles circunscritos aos estados da Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro, onde foi coberta uma área de 139 408 quilômetros quadrados. Nesse setor de atividades de campo da Divisão de Cartografia, foram realizados: 2 658 quilômetros de caminhamentos taqueométricos; 4 313 quilômetros de levantamentos expeditos; 11 147 pontos de altitude determinados e 24 pontos astronômicos.

Relativamente à confecção de mapas, foram compiladas e desenhadas várias folhas da carta geral do Brasil na escala de 1:250 000, e impressas as seguintes na escala de 1:500 000: São Francisco NE; São Francisco SO; São Francisco SE; Rio de Janeiro NO; Paranapanema NE; Belo Horizonte SO e Goiânia SE.

Além dessas foi atualizada e já se encontra em impressão a carta geral do Brasil na escala de 1:5 000 000.

Para a execução das folhas compiladas foi feita a restituição aerofotogramétrica de cerca de 7 000 fotografias trimetrogon, pertencentes ao Conselho.

Trabalhos culturais — No plano das iniciativas e realizações de natureza cultural, no período decorrido desde a última Assembléia e a que ora se realiza, a Secretaria-Geral,

através de seu órgão competente, diligenciou em cooperação no sentido de que se difundissem os ensinamentos de geografia moderna, conforme lhe determina a legislação orgânica em vigor. Assim, vale acentuar, de início, a organização e efetivação, em regime de cooperação com a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, do "Curso de Informações Geográficas", realizado em julho de 1954 e do "Curso de Férias para Aperfeiçoamento de Professores de Geografia de Ensino Secundário", levado a termo em janeiro do ano corrente. Restabelecendo tradição cultural do Conselho, foi reencetada a prática de tertúlias geográficas com a realização de uma conferência proferida pelo Dr. EDGAR TEIXEIRA LEITE, presidente do Conselho Nacional de Economia, que discorreu sobre "A defesa e recuperação do vale do Paraíba".

No âmbito de suas amplas atribuições, a Divisão Cultural empenha-se, no momento, na elaboração do *Anuário Geográfico do Brasil* referente a 1954, uma vez que o relativo ao ano de 1953 já se encontra no Serviço Gráfico do I.B.G.E. em fase de impressão.

Ainda no setor de divulgação geográfica é de registrar-se a publicação, no intervalo das duas Assembléias Gerais, de novos números da *Revista Brasileira de Geografia* e do *Boletim Geográfico*, assim como das obras intituladas *Centenário das Ferrovias Brasileiras* e *Aspectos Geográficos da Terra Bandeirante*.

Pelo setor de intercâmbio da Divisão Cultural foi preparado, ainda, o "Cadastro de geógrafos e de instituições geográficas", bem como as "Efemérides geográficas".

Trabalhos administrativos — Na esfera administrativa a Secretaria-Geral deu particular atenção às recomendações do Governo no sentido da compressão das despesas. Sem prejuízo do atendimento de tais recomendações, e levando em conta imperiosas necessidades de serviço, realizaram-se dois concursos públicos destinados ao provimento de vagas existentes nas carreiras de Geógrafo e Dactilógrafo.

Por outro lado, e tendo em vista as dificuldades atuais para a aquisição de material permanente, tais como máquinas, veículos e seus acessórios, a Secretaria-Geral deu curso a uma rigorosa política de conservação e recuperação desses materiais, cuidando, todavia, de concentrar esforços junto às autoridades governamentais, no sentido de obter as indispensáveis cambiais para compra, diretamente nas fontes produtoras, do material

técnico imprescindível à continuidade de seus serviços."

Nas reuniões ordinárias, a Assembléia do Conselho Nacional de Geografia, teve ocasião de discutir os vários projetos que lhe foram apresentados, todos de caráter técnico ou administrativo. Como sempre acontece nesses certames, os delegados apresentaram em forma de relatório os resumos das atividades dos Diretórios Regionais. Salientamos em seguida, trechos de alguns relatórios apresentados, que espelham em síntese, os resultados de trabalhos, estudos e pesquisas, levados a efeito nas diversas regiões do país.

Estado do Rio de Janeiro:

Na introdução do relatório são feitas referências à atuação dos órgãos geográficos regionais ao XI Congresso Brasileiro de Geografia e ao XVIII Congresso Internacional de Geografia.

Passou, a seguir, o Eng.^o LUIS DE SOUSA, a focalizar as tarefas elaboradas pela Divisão da Carta Geográfica do Rio de Janeiro, na escala de 1:250 000. Quanto ao assunto, diz: Estamos recebendo do Conselho Nacional de Geografia efetiva contribuição em pessoal e em material, para esta realização. Conforme prevíamos no ano anterior, teríamos, ao fim de 1954, duas folhas prontas nesta escala e grande parte do material para a composição da terceira folha. E assim, realmente, aconteceu. Serão sete folhas, ao todo, podendo prever-se para o ano de 1956 a conclusão deste importante trabalho.

Sobre a elaboração de mapas municipais, acentuou que "com os elementos que estamos obtendo no campo para a elaboração da carta na escala de 1:250 000, teremos ao cabo de mais algum tempo um cabedal valiosíssimo para a feitura de novos mapas municipais. Pela lei orgânica dos municípios, cabe às comunas prepararem as suas próprias cartas, mas por absoluta falta de meios técnicos essa obrigação não chega a ser consumada.

É pois mais um auxílio que o estado dará aos municípios, confeccionando os mapas municipais e mantendo-os atualizados. A Divisão da Carta está se preparando para essa grande tarefa, que deverá ser desenvolvida mesmo antes da conclusão da carta na escala de 1:250 000. A Divisão ocupa-se, também, da renovação dos mapas municipais envelhecidos introduzindo, nessa ocasião, melhoramentos colecionados em seus arquivos".

Depois de discorrer sobre os trabalhos executados na linha de limites Rio de Janeiro

ro-São Paulo, acentuando que foram cravados ali 71 marcos, passou o relatório a tratar dos problemas sucintos entre vários municípios como sejam os de Carmo, Duas Barras, Sumidouro, Cantagalo, São Fidélis, Cambucí, Volta Redonda e Barra Mansa.

Relativamente à recuperação econômica da Baixada Fluminense, assim se expressou o relatório: "Vários estudos foram feitos com o intuito de coletar dados informativos que melhor ilustrem as possibilidades da Baixada, no tocante ao seu programa de recuperação econômica. Alguns técnicos da Divisão de Geografia do C.N.G. tomaram parte ativa nessa campanha, do que resultou a preparação que fizeram de um livro sobre o assunto, que deverá ser editado pela Secretaria do Conselho, consoante o que determina a resolução n.º 407 da Assembléa Geral.

A recuperação da Baixada, com os seus milhares de quilômetros quadrados de terras abandonadas e que constituem um celeiro e um potencial de produtos alimentícios, é medida que precisa ser incentivada por todos os meios, razão por que emprega o Diretório os seus melhores esforços para levar a bom termo os trabalhos que se relacionam com a presente realização. Está a Baixada cortada em tôdas as direções por excelentes rodovias, muitas delas de primeira classe e, em parte, providas de pavimentação. Marginando tais rodovias encontram-se quilômetros e quilômetros de terras sem cultura, sem trato de nenhuma espécie, aguardando, da iniciativa particular, o recurso. Uma providência que a ação geográfica regional proclama é a desapropriação, para fins exclusivos de colonização, de faixas de dois quilômetros de fundo, marginais às rodovias, quando as terras estejam em absoluto estado de abandono. Dêste modo, algumas dezenas de milhares de colonos poderão ser aí instalados e não seria difícil prever quais os miraculosos resultados dessa medida, uma vez que a maior despesa foi já realizada com a construção de asfaltamento parcial das atuais estradas. Os gastos restantes, com a colonização, serão ressarcidos, em tempo relativamente curto, graças à produção, procurada com sofreguidão pelos numerosos centros de consumo da região, dentre os quais o Rio de Janeiro e São Paulo, de densidade demográfica excepcionalmente grande."

A exposição nesse particular é encerrada com o registro de outros trabalhos da aludida Divisão.

Dando conhecimento dos empreendimentos da Divisão Sanitária e de Urbanização, faz o relatório referências aos trabalhos técnicos efetuados em várias vilas e municípios de Nova Friburgo, Miracema, Santo Antônio de Pádua, Resende (Aglhas Negras), Mendes, Majé, Macaé, Conceição de Macabu, Cordeiro, Duas Barras, Monerá, Itaperuna e Cabo Frio.

Obras preventivas contra as cheias, constituíram matéria para outro capítulo de relatório ontem lido, bem como os problemas atinentes à colonização e a decorrente instalação de vários núcleos de estudos tendentes a estabelecer a fixação humana em termos a serem aproveitados para tal fim.

Terminou o engenheiro LUÍS DE SOUSA relatando os serviços de natureza administrativa e outros assuntos, concluindo por acentuar que "está a unidade federada fluminense com as suas divisas estaduais perfeitamente definidas, exceção feita daquela linha que confina com o Distrito Federal; dispõe do levantamento aerofotogramétrico do seu território e edita, anualmente, com cêrca de 300 páginas, o *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*, cuja procura é maior do que as possibilidades de atendimento. Continua na pauta das cogitações oficiais dar maior amplitude ao Departamento Geográfico, cabendo, oportunamente, criar nêle mais uma divisão que será a de Geologia. Nos limites desta perspectiva pode o Diretório assegurar que o valor das operações geográficas é sentido pelas autoridades governamentais estaduais, no seu justo e elevado aspecto, não lhe faltando, por isso, o necessário apoio, quando se dispõe a ampliar o seu programa de trabalho."

Estado da Paraíba:

O professor JOFRE BORGES ALBUQUERQUE, representante da Paraíba, no relatório apresentado, inicia dando conta das providências adotadas para o aparelhamento do Serviço Cartográfico local que se encontra, dêsse modo, mais bem capacitado.

No ano findo, acentuou — "as atividades do Serviço de Cartografia ganharam os seguintes rumos: continuação dos trabalhos de reorganização dos mapas municipais. E no momento, de posse dos elementos para organização dos referentes aos novos municípios será brevemente concluído o desenho do novo mapa do estado. São trabalhos que estão sendo feitos com demora, muito compreensível dada a exigência de ordem técnica

ca, merecendo também consideração o fato do S.C. dispor apenas de um desenhista e um auxiliar e muito outros serviços lhe serem impostos.

Da planta da cidade que sofre contínuas modificações, dado o crescente desenvolvimento de João Pessoa, em sentido horizontal, o número de cópias para atender a solicitações foi muito vultoso.

Por outro lado, o número de gráficos, igualmente. Gráficos de produção agrícola, de produção industrial, de produção de minérios, de exportação e importação do estado, da população pecuária, etc.

A produção do S.C. em 1954 foi pois animadora e o trabalho contínuo. É mesmo um dos setores mais operosos do D.E.E. Os serviços para o exercício corrente estão acumulados, sobressaindo-se os dos mapas dos municípios do estado, de acôrdo com a nova divisão administrativa."

Depois de dar informações acêrca das atividades do Diretório Regional, enumerando as suas resoluções e providências adotadas no âmbito geográfico local, o relatório dedica uma parte especial à atual situação da serra a Borborema, expressando-se, nesse particular, da seguinte forma: "A serra da Borborema está sendo igualmente pela importância que tem no estado objeto de estudo do Diretório".

Convidado a debater o assunto o engenheiro LEON FRANCISCO CLEROT, deu a seguinte definição:

"Com o fim de corrigir os erros que se encontram consignados nos compêndios que tratam de geografia física da Paraíba e fornecer ao I.B.G.E. informações certas sobre a geografia física dêste estado, peço permissão para mostrar o que se encontra escrito na *Corografia da Paraíba*, do professor CORIOLANO DE MEDEIROS, cuja segunda edição recentemente publicada pelo Instituto do Livro para fazer parte da "Enciclopédia Nacional", que está sendo organizada pelo referido Instituto, no capítulo Borborema, baseado o autor em informações do padre LUÍS SANTIAGO, informa: "A Borborema nasce no município de Touros, no Rio Grande do Norte e seguindo por uma série de espigões e serrotes, alcança a Paraíba na serra de Quito; daí segue exclusivamente pelo divisor Rio Grande do Norte-Paraíba até a altura de Juazeirinho, município de Soledade, onde atravessa o estado alcançando Taperoá, já no divisor Pernambuco-Paraíba, até onde se encontram os limites Paraíba-Ceará." Assim, para êsse au-

tor a Borborema é uma cordilheira apenas, perfeitamente definida e adstrita a uma direção determinada.

Esta descrição constitui um êrro grosseiro.

"A Borborema não é uma serra, não é uma cordilheira, e sim um maciço cujas saliências tectônicas respeitadas pela erosão violenta que transformou a parte alta do maciço num penepiano com ondulações mais ou menos acentuadas, formam picos e espigões, aos quais se dá o nome de serras.

A Borborema começa realmente no Rio Grande do Norte, para onde se estendem os esgalhos e contrafortes do grande maciço, que divide quase ao centro em metades o território do estado da Paraíba. No território de Pernambuco a Borborema continua com esgalhos e contrafortes, tais como a serra de Cimbres e de Ororobá, prolongando-se até o estado de Alagoas, a sudeste e no sertão, até o vale do São Francisco.

O Diretório procurará ouvir outros conhecedores do assunto, inclusive o padre LUÍS SANTIAGO e o professor CORIOLANO MEDEIROS, para finnar doutrina a respeito.

Como se verifica, bem pouco se sabe ainda com referência ao famoso acidente, em cujo planalto se acha edificada a segunda cidade paraibana, que é a progressista Campina Grande. E várias outras cidades existem fundadas graças à influência do grande maciço.

O estudo a ser feito sobre a Borborema para ser completo, deve abranger êstes outros aspectos: influência de ordem climática, solo, flora e função econômica e social que exerce. Todos êstes pormenores de natureza geográfica serão em tempo apreciados pelo Diretório, para reunidos tornarem mais bem conhecido um dos mais notáveis altiplanos do relêvo nordestino.

Ainda outro aspecto do relêvo paraibano o Diretório está empenhado em estudar: o cabo Branco. Bem próximo da capital é, não somente um dos motivos de beleza da praia de Tambaú, como para a maioria dos nossos geógrafos o ponto mais oriental da América do Sul.

Batido pelas ondas marítimas vai o famoso acidente pouco a pouco se erodindo numa ameaça de desaparecimento.

Sobre êle, extra relatório damos o resultado de algumas observações rápidas que fizemos numa visita recente. Observações que podem servir apenas como subsídio a um

trabalho mais cuidadoso e completo de quem fôr mais competente.

A citação dos fatos expostos demonstra que o Diretório não se mantém inativo; ao contrário se empenha como possível em cumprir os seus objetivos com a desejável eficiência."

Quanto às zonas fisiográficas, informou que "a identificação das zonas fisiográficas do estado foi outro motivo de preocupação do Diretório.

Conforme já tivemos oportunidade de esclarecer, o Diretório depois de debates prolongadíssimos dividiu o estado nas seguintes zonas: Litoral, Caatinga, Cariri e Sertão. Cumpria porém ao Diretório colocar em ordem os municípios componentes de cada zona.

Agora temos já o mapa de distribuição dos municípios pelas zonas respectivas, mas como a divisão fisiográfica da Paraíba obedeceu a processo científico que pode causar dificuldades às apurações estatísticas por zonas, principalmente à estatística da produção.

A dificuldade talvez se estenda mesmo aos serviços censitários. Mas, o estado tem hoje a sua divisão fisiográfica com as zonas cientificamente definidas pelas suas condições climáticas, solo, flora e fauna. Em separado remeteremos pelo correio as zonas divididas e definidas pelas suas características essenciais."

Após estender-se em considerações acerca das providências e deliberações de ordem administrativa, terminou o relatório por apresentar em anexo a seguinte contribuição sobre o cabo Branco, região litorânea de grande interesse geográfico: "O cabo Branco é um dos mais conhecidos acidentes geográficos da Paraíba e um dos motivos de beleza da formosa praia de Tambaú, que é, se assim podemos expressar-nos, a praia aristocrática da cidade de João Pessoa.

Língua de terra que se estende mar a dentro nas marés altas, tem uma extensão de cerca de dois quilômetros, com uma largura em toda ela de não menos de meio quilômetro.

É considerado o cabo Branco pela maioria dos nossos geógrafos o ponto mais oriental da América do Sul, ou já o foi, antes que o mar o destruísse em parte.

A altura do planalto varia entre 20 a 30 metros. Argilas fortes de tonalidades diferentes formam as paredes, sobre as quais o mar bate implacavelmente, corroendo-as. Espessa camada de terra fina e macia bem diferente da sílica cobre a superfície do solo, onde a vegetação alta quase que já não exis-

te. Em maioria da extensão domina a capoeira, assim chamada pelo sertanejo nordestino o terreno, coberto pela vegetação que renasce depois de destruída pelo fogo ou pelo ferro e é abandonado por qualquer motivo.

Áreas muito pequenas aparecem cultivadas de milho, por sinal raquítico, demonstrando a pobreza da terra, ou que em razão do excesso de umidade, conseqüente da pluviosidade relativamente elevada (uma média de 1 500 mm anuais caído em parte máxima, em quatro meses do ano), ela se torna imprópria para a cultura dos cereais.

Na encosta frente à praia de Tambaú o panorama é soberbo. A praia tem a forma de meia lua recortada pelo paredão do cabo Branco e frente a este, à distância de cerca de dois quilômetros, pela ponta do Bessa e enfeitadas pelo coqueiral esparso, o casario que cada ano aumenta em número e melhora de aspecto, o mar quase sempre calmo como imenso lago, mostra-se de um encanto empolgante.

Encontra-se em pontos diversos, após a camada arenosa que o reveste, abundância de argila de várias côres. Para explorá-las uma firma construiu nas proximidades uma casa, que está de pé e bem conservada e é ainda com a denominação de Casa das Tintas.

Nela as argilas coloridas eram pulverizadas para embalagem e transporte. Não sabemos o motivo de haver cessado a exploração. Possivelmente as despesas, por elevadas, tornavam o negócio deficitário.

Na parte que percorremos encontramos apenas uma casa em construção e um casebre que serve de residência a uma família de caboclos.

Indagamos da dona da casa de onde colhiam a água para beber. — A fonte fica perto, respondeu. Água boa ou salgada? — Boa; "*sai debaixo das raiz de uma arves*". E não seca no verão? perguntamos ainda. — "*Não Sinhô; é munta*".

Parece que o fenômeno tem esta explicação: As águas das chuvas se infiltrando pela camada arenosa, encontram uma camada espessa de argila forte e não podendo atravessá-la formam um lençol amplo. E a terra fina que o cobre impede a evaporação.

É possível que em face da febre das construções residenciais que agita João Pessoa o cabo Branco não tarde a ser uma cidade à parte de João Pessoa. Isto porém, depende dos trabalhos que porventura sejam realiza-

dos de proteção, pois pouco a pouco as terras se vão desgastando aos golpes das ondas marítimas.

Recentemente uma firma paraibana adquiriu por compra uma grande área do planalto, dividiu-a em lotes e vendeu-os depois de intensa propaganda.

A primeira casa de feição moderna está sendo construída. Sem no entanto, medidas de proteção adequadas nenhuma construção que se faça no cabo Branco está em segurança. O desgaste das terras causado pelo mar é muito intenso e abrange grande extensão.

Cêrca de um quilômetro das terras já o mar levou. E a erosão prossegue. Trechos enormes de terras desabam continuamente, arrastando na queda tôda a vegetação nelas existente. Ao pé do paredão grandes blocos que desabaram, recentemente estão sendo pouco a pouco tragados pelas águas.

O Dr. LUCIANO MOHAIS, que estêve há pouco tempo em vista ao local, para observações de natureza geológica é de parecer que o cabo Branco desaparecerá em futuro não muito longínquo, se providências eficientes não forem tomadas. Só o enrocamento o salvará da destruição. Enrocamento de um e meio metro de altura, segundo afirma o engenheiro LEON FRANCISCO RODRIGUES CLEROT, que é um estudioso da geologia paraibana e quem melhor a conhece. Êsse ilustre profissional que é um dos membros do Conselho Técnico do Diretório Regional de Geografia da Paraíba e o assiste com louvável dedicação e desinterêsse para o melhor desempenho das suas atribuições promete para breve numa das reuniões do D.R.G., agitar o caso da erosão do cabo Branco. Com certeza o fenômeno será exposto com maiores pormenores cientificamente explicados.

Encrustadas na argila que constitui o subsolo do cabo Branco, se encontram grandes pedras, que rolam juntamente com a terra nos desabamentos.

Pela praia elas se acham espalhadas em grande número e parte à distância de cêrca de um quilômetro. São muitos os blocos que afluem às águas do mar batidos pelas ondas.

Nas bordas do planalto árvores diversas, com as raízes tôdas descobertas com a queda das terras que a alimentavam, pendem para o abismo.

Oscilando ao sôpro do vento, às vêzes violento, não tardarão a desaparecer com os restos das terras que ainda as mantêm de pé.

Tudo está a aconselhar ao Govêrno da União a desapropriação das terras do cabo Branco, para o fim de protegê-las e depois dividi-las em lotes para vendê-las, destinadas aos fins que uma cuidadosa pesquisa do solo e do subsolo aconselhar.

No abandono em que encontra, mais algumas gerações e o cabo Branco será apenas uma reminiscência constante de velhos compêndios de Geografia.

Um quase crime que os vindouros não perdoarão, porque originário de imperdoável desídia.

As obras de proteção não exigem custos dispositivos de técnica.

Uma baixa murada na parte batida pelo mar é suficiente; e o material principal está a mão.

Acreditamos não ser disparatado sugerir ao Conselho Nacional de Geografia uma indicação ao Govêrno da União no sentido de tomar conta do assunto e salvar o cabo Branco, que afinal de contas não deve pertencer a ninguém, valendo como monumento nacional doado pela natureza ao Brasil.

Não conhecemos nenhum estudo sôbre o cabo Branco, de caráter científico ou literário. Tem servido apenas como motivo de turismo. Mas, mesmo que tivesse apenas essa utilidade devia ser protegido. Outros mais competentes poderão descrever melhor as minúcias que dão importância à estreita faixa de terra que se mete mar a dentro, num desafio às ondas, vêzes calmas, vêzes brabas e destruidoras.

Impõe-se, repetimos mais uma vez, dar-lhe a capacidade necessária de resistir à fúria marítima. Cumpre ao Govêrno Federal enfrentar os ônus da iniciativa acompanhada das medidas de desapropriação dos terrenos ou, se mais fácil, obrigar os proprietários a tomarem as medidas de proteção indispensáveis."

Sôbre o relatório lido pelo representante da Paraíba, teceu considerações o Dr. FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES, secretário-geral do C.N.G., focalizando aspectos ligados ao problema da fixação da divisão regional do país.

Goiás

No seu relatório, o professor CÉLIO FONSECA, representante goiano na Assembléia, reportou-se ao "proveitoso trabalho, no setor cartográfico, que vem realizando o Serviço de Acrofotogrametria do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem de Goiás, ser-

viço êsse sob a competente direção do engenheiro JANUSZ GERULEWICZ.

Embora, em princípio, aquêle órgão devesse apenas realizar trabalhos de interesse imediato do rodoviarismo, tem dado uma contribuição valiosa à cartografia geral do estado, em cuja carta tem introduzido grandes melhoramentos, conforme já é do conhecimento do Conselho Nacional de Geografia, com o qual mantém freqüente contacto.

Das elaborações cartográficas daquele serviço, salientamos as seguintes, mais recentes e que serão em breves dias oferecidas ao C.N.G.:

— Fôlhas em escala 1:100 000 da faixa compreendida pelos meridianos 48° 45' e 49° 30' e paralelos 16° e 18° 30', compreendendo as zonas de Jaraguá, Anápolis, Goiânia, Piracanjuba, Morrinhos e Itumbiara;

— Fôlhas em escala de 1:500 000 -- Goiânia SE, Goiás SE, Goiás NE e Carinhanha SO, estando as duas primeiras concluídas e, as outras, em estudo.

Foi ainda editado o mapa do estado — "1955", ao milionésimo, com a nova divisão administrativa e introdução de novos elementos em algumas zonas.

Dessas inovações, distinguimos a identificação de parte da linha limitrofe dos estados de Goiás e Bahia, entre os paralelos 12° e 30' e 14° 15'. Os mapas anteriores mencionavam a existência de uma serra como divisor de águas, quando, na realidade, se trata de um altiplano do lado da Bahia, caindo abruptamente, em dezenas de metros, para Goiás.

A linha limitrofe nesse setor, foi, por restituição fotográfica, introduzida na última carta ao milionésimo já mencionada, apresentando-se por isso com uma configuração que nos era inteiramente desconhecida.

Terminou o professor CÉLIO FONSECA dando informações acêrca das atividades do Diretório Regional daquele estado e, salientando o problema atinente à divisão administrativa e judiciária.

Comentando o relato feito pelo delegado de Goiás, voltou o secretário-geral do C.N.G. a ventilar o problema da divisão regional do Brasil.

Minas Gerais

Começou o engenheiro VALDEMAR LOBATO, representante do estado de Minas Ge-

rais, por enumerar as tarefas levadas a efeito pelo Diretório Regional de Minas Gerais.

Reportou-se, em seguida, às atividades de ordem técnica efetuadas pelas Divisões de Geografia e Aerofotogrametria, de Operações Terrestres, de Cartografia e Desenho. No campo dessas especialidades, assim se expressa o relatório: "A falta de material fotográfico, especialmente diapositivos, constitui, como sucedeu, aliás, nos anos anteriores, óbice a uma produção mais volumosa. Concomitantemente com os nossos esforços no sentido da aquisição desse material, efetuamos tarefas complementares de interesse de nossas publicações geográficas.

Ocupou-se a Divisão dos trabalhos de fotocartas pantografadas de aerofotos que recobrem a bacia do rio São Francisco, para a útil finalidade de fornecer-nos elementos à cartografia do mapa geográfico do estado. Êsses serviços dizem respeito à região situada ao norte do paralelo de 20°, ainda não levantada, o que realça o valor da nossa ajuda para melhor representação cartográfica do território mineiro.

Durante o ano de 1954, adquirimos 5 950 aerofotos, compreendendo 17 quadriculas de 1/2°, com a área total de 47 600 quilômetros quadrados, abrangendo as fôlhas parciais da carta em 1:100 000 de Campos Altos, Luz, Pitangui, Pará de Minas, Santa Luzia, São Gotardo, Dolores do Indaiaí, Martinho Campos, Papagaio, Sete Lagoas, Baldim, Piedade do Bagre, Curvelo, Costa Sena, Corinto, Contria e Diamantina.

Simultaneamente com os trabalhos acima, executou ainda a Divisão fotocartas das fôlhas de Araxá e Delfinópolis, com apoio terrestre.

Realizou cálculos para a revisão e seleção de dados de bases geodésicas e fotográficas, intersecções, lista de direções, triângulos secundários, topográficos e cadastrais, bases geodésicas compensadas, coordenadas geográficas e visadas zenitais.

Em colaboração com a Divisão de Cartografia foi calculada e projetada a rede de coordenadas do estado ao novo mapa na escala de 1:500 000.

Atendendo a urgente necessidade de publicar-se nova carta geral do estado, em vista das falhas já verificadas na carta da edição de 1944, deu esta Divisão início aos trabalhos de desenho da nova carta geral do estado, conforme passamos a descrever.

Para maior facilidade do desenho e perfeição do trabalho, resolvemos desenhar os

originais na escala de 1:500 000, embora seja nossa intenção publicar a carta na escala de 1:1 000 000. Esta escala é a mais indicada para esse serviço, dada a facilidade de manuseio que apresenta. Dividimos a carta, para efeito de desenho, em 9 folhas de tamanho útil de três graus de latitude e quatro graus de longitude. Estas folhas serão reduzidas por processo fotográfico para a escala de 1:1 000 000, e o trabalho será apresentado em uma só folha.

A publicação far-se-á em quatro côres, ou sejam, preto, para a representação da nomenclatura das localidades, ferrovias, etc.; azul, para hidrografia e respectiva nomenclatura; vermelho, para as estradas e rodovias e, finalmente, castanho, para as serras.

Escolhemos o processo de projeção polilônica, que é o mais adequado para trabalhos desse gênero, adotando-se o meridiano 45° W. Gr. para meridiano central da projeção.

Enumerou ainda aquêle documento as providências relativas à elaboração de uma nova planta geral da cidade de Belo Horizonte, declarando: "Ao mesmo tempo, estamos organizando nova planta de conjunto da capital, para ser figurada na carta geral, conforme se fez nas cartas anteriormente publicadas.

Inúmeras têm sido as dificuldades encontradas na elaboração desse desenho, visto não possuir a Prefeitura planta do conjunto das diversas vilas que compõem a cidade. Já reunimos cerca de 400 plantas de loteamentos isolados nos arredores da cidade. Porque a quase totalidade desses planos não foi executada dentro de um padrão técnico recomendado, a ligação dos diversos planos torna-se tarefa por vèzes difficilima, dependendo de tentativas e consulta de outros documentos ou técnicos conhecedores da situação."

Quanto à cartografia municipal, declarou que "Com as dimensões de 40 x 60 cm, foram desenhados 37 mapas dos seguintes municípios: Água Boa, Bom Jesus do Amparo, Bom Repouso, Brás Pires, Centralina, Cipotânea, Chiador, Córrego do Bom Jesus, Capela Nova, Descoberto, Dolores do Turvo, Desterro de Entreprios, Gouveia, Jeceaba, Madre de Deus de Minas, Machacális, Mato Verde, Maravilhas, Nova Serrana, Papagaio, Paula Cândido, Pequeri, Piracema, Piau, Presidente Bernardes, Rio do Prado, Ressaquinha, Senhora de Oliveira, Santo Antônio do Gramma, Sant'Ana do Deserto, São Miguel do Anta,

Tapiraí, Vieiras, Várzea da Palma, Vargem Bonita, Quartel Geral.

Foram desenhados novamente os mapas de Guaranésia, Miradouro e Senador Firmino."

Por fim, deu conta o relatório dos trabalhos e providências de ordem administrativa.

Após a leitura desse relatório, a pedido do representante de Mato Grosso, foi consignado em ata um voto de aplausos ao Sr. VALDEMAR LOBATO pela sua atuação à frente do Departamento Geográfico de Minas Gerais.

Pernambuco

O relatório, lido pelo professor MÁRIO MELO, tratou inicialmente do problema da divisão administrativa, historiando como, a partir da vigência da Constituição de 1946, vêm sendo criados novos municípios e distritos, com inobservância ao decreto-lei número 311, explicando, por isso, que a nova divisão é imperfeita.

Depois de discorrer sobre o assunto, passou o professor MÁRIO MELO a examinar a questão do fornecimento de energia elétrica da "Paulo Afonso".

Uma contribuição de sumo interesse, exibida no final do relatório, refere-se ao rio Capibaribe. A este respeito diz o relatório: "Sabem os que conhecem a capital de Pernambuco que a sua vida está ligada à do rio Capibaribe. É uma planície por onde êle serpenteia, formando ilhas, umas hoje ligada a outras pela ação do homem; outras, pela ação do homem ligadas ao continente. Rio que mais se presta à inspiração dos poetas que à navegação, porém que de qualquer modo embeleza a cidade e dá motivo às suas dezenas de pontes.

Sua nascente constituía problema.

Quando, em 1920, publiquei o livro intitulado *Rios de Pernambuco*, a fixei, de acôrdo com o mapa das Obras Contra as Secas, na lagoa da Estaca, junto às serras do Acaí e do Jacarará, da cordilheira dos Cariris, ramificação da Borborema.

Ao estudarmos a primeira reforma da divisão administrativa, em 1939, tendo de fixar limites municipais, foi-nos apresentado um levantamento topográfico, em que aparecia sua nascente na lagoa do Angu.

Fiz a devida retificação no meu livro.

Em 1917, uma excursão de intelectuais, promovida pelo Departamento de Documen-

tação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife, chegou à evidência e publicou que o Capibaribe nascia da Estaca e seu afluente o Canhoto na lagoa do Angu.

Recentemente, em abril último, o professor de Geografia TADEU ROCHA, foi estudar a nascente do nosso decantado Capibaribe e transmitiu-me as conclusões: Não existe a lagoa da Estaca, que é apenas uma ipueira, nem a lagoa do Angu, que é simples várzea, ou baixada, como se diz no Sul.

O Capibaribe forma-se da junção de dois riachos, cada um com nome distinto: o Canhoto e o Cachoeira. Depois da confluência dêsses é que passa à denominação de Capibaribe.

(Aproveito a oportunidade para corrigir erro comum dos compêndios de Geografia e de História editados fora de Pernambuco: Não é Capiberibe; é Capibaribe, como em São Paulo é Capivari e não Capiveri, oriundo de capivara, do étimo tupi-guarani *capiuara*, o comedor de capim).

O riacho Canhoto, que é extenso, nasce no sítio do Araçá, na encosta oriental da serra da Jacarará, um quilômetro a montante da várzea conhecida como lagoa do Angu. O riacho Cachoeira nasce no sítio Gamela, ao pé da crista da serra de Jacarará, trezentos metros a montante da ipueira conhecida como lagoa da Estaca e corre duzentos metros à margem esquerda desta.

É preciso, entretanto, ter-se em vista que os riachos do sertão "cortam", isto é, são meros escoadouros de água de chuva. O próprio Capibaribe, que tem cêrca de 250 quilômetros de extensão, só se torna permanente quando recebe os tributários da zona da mata, a começar do Curçaí, a cêrca de 45 quilômetros do coletor, que é navegável apenas por pequenas embarcações no percurso de 12 quilômetros, isto mesmo na preamar. Potamogrâficamente, nada vale, porém poèticamente vale tudo. É o rio do nosso encanto, sôbre que singravam as igarapebas dos caetés, a que hoje, por influência oriental chamam jangadas, inventores que o foram, na América do Sul, dêsse tipo de barco".

Território federal do Amapá

O relatório lido pelo professor JOSÉ DE ALENCAR FEIJÓ BENEVIDES, representante do território do Amapá, despertou vivo interêsse por oferecer, de início, uma substancial contribuição geográfica acêrca da região ama-

paense, suas características locais, aspectos do litoral, das regiões naturais, da geologia, do relêvo, dos rios, dos lagos, da fisiografia geral, do clima e dos aspectos humanos, com dados sôbre a população e a divisão administrativa.

Terminou o professor FEIJÓ BENEVIDES por tratar das atividades da Secção de Geografia local, acentuando, quanto a êste aspecto, que a terra que representamos nesta conspícua Assembléia é parte integrante daquela região que EUCLIDES DA CUNHA classificou como "o último capítulo do Gênesis a se escrever", a Amazônia portentosa — "a terra mais jovem do mundo", na concepção de WALLACE, mirabolante planície sedimentar, regada pelo gigante das águas caudalosas, o majestoso Rio-Mar, com chuvas abundantes, clima equatorial superúmido e imensas riquezas a explorar, percorridas pelas missões religiosas e por inúmeros sábios que, desde HUMBOLDT, contemplaram, maravilhados, a opulenta "selva selvaggia". E o Amapá, depois que despertou de um sono secular, está nascendo para uma vida nova para justapor-se à civilização pátria. Lá, como alhures, o homem vale como fator primordial da história, a despeito da enormidade da terra e das lendas, fábulas e visões fantásticas de certos literatos apressados que vêem, naquele quadro aprimorado pela mão de Deus, o "Inferno Verde". Na realidade, ali não há um inferno, como também não há um céu. Há um vasto campo de experiências, onde o homem poderá pôr à prova a sua capacidade criadora. Pouco adianta que se apregoe o dualismo dos trópicos e do homem, quando êste se reveste de esforço e de vontade. Assim, o homem está no Amapá, não como um intruso ou anatematizado, indigno da terra que lhe coube, mas como um elemento adaptável ao meio físico e apto a transformá-lo, impulsionado por um ideal, em benefício da sociedade.

O Amapá, pouco conhecido e, por alguns, errôneamente interpretado, é um largo campo para os estudos geográficos. O Diretório Regional de Geografia não realizou, porém, até o momento, uma obra de altura do meio físico, não por falta de vontade e de propósitos, mas, talvez, por falta de meios financeiros, de dificuldades de locomoção, exigüidade de elementos humanos, etc. Assim, o Diretório não se tem reunido, em trabalhos ordinários, para estudo e cumprimento dos objetivos do Conselho naquela longínqua circunscrição do país. Contudo, podemos re-

gistrar, no período decorrido do último conclave a êste, que ora se realiza, as seguintes atividades de interesse geográfico, entre as quais se incluem as levadas a efeito pelo governo territorial:

I — Julgamento do trabalho apresentado pelo Dr. AURÉLIO TÁVORA BUARQUE, promotor público da comarca de Mazagão, ao concurso "Caetano da Silva", promovido pelo Diretório, em dezembro de 1953, intitulado "Mazagão — Ensaio Histórico-Geográfico", o qual foi classificado em 1.º lugar e já foi entregue à Imprensa Oficial para ser publicado.

II — Designação, por portaria do governo territorial, de 22 de abril do corrente ano, de uma comissão para elaborar o programa e tomar as providências necessárias à comemoração solene, no ano próximo vindouro, do 1.º centenário da elevação de Macapá à categoria de cidade pela lei provincial n.º 281, de 6 de setembro de 1856, em cuja comissão estão incluídos elementos do Diretório Regional.

III — Último recenseamento da população da cidade de Macapá, feito pelo Serviço Regional de Geografia e Estatística e concluído em 1.º de junho dêste ano, o qual acusou a cifra de 17 819 almas para a capital do território.

IV — Publicação de 5 mapas de acesso ao Canal do Norte do rio Amazonas, elaborados pelo Serviço Hidrográfico da Marinha de Guerra do Brasil.

V — Estudo da nascente principal do rio Oiapoque, na serra de Tumucumaque, no extremo da região, pela Comissão Demarcadora de Limites do Setor Norte, com sede em Belém do Pará.

VI — Prosseguimento dos trabalhos de construção da rodovia Macapá-Clevelândia, que já tem 70% do percurso total (697 quilômetros) realizado. Essa rodovia, quando concluída, ligará a bacia do Amazonas ao sul do território, à do Oiapoque, no extremo norte.

VII — Prosseguimento da construção da estrada de ferro de 200 quilômetros que deverá ligar a serra do Navio ao porto de Sant'Ana, pela qual se fará a exportação do minério de manganês, de cujas jazidas é concessionária a Empresa Indústria e Comércio de Minérios, Sociedade Anônima.

VIII — Prosseguimento dos trabalhos preliminares indispensáveis ao aproveitamento da força hidráulica da cachoeira do Paridão, no rio Araguari, onde deverá ser cons-

truída a futura usina hidrelétrica, que será uma realização de alta importância para a estrutura econômica do Amapá".

O relatório do delegado amapaense suscitou várias manifestações, tendo o plenário, a requerimento do Sr. PÉRICLES DE MELO CARVALHO, delegado do Ministério do Trabalho, deliberado prestar ao coronel JANARI GENTIL NUNES, governador do território do Amapá, expressiva homenagem pelos empreendimentos que ali vêm sendo realizados no campo da Geografia.

Santa Catarina

Os trabalhos afetos ao Diretório Regional, sua enumeração e deliberações constituíram a parte inicial do relatório.

Nos capítulos referentes aos empreendimentos cartográficos foi dada a conhecer a elaboração de um novo mapa do estado, na escala de 1:800 000 e impresso nas oficinas da "Impressora Paranaense S.A.". Consta desse mapa todos os municípios recentemente criados.

Pela Secção de Cartografia foram feitos os mapas municipais de Presidente Getúlio, Sombrio, Seara e Mondai, todos na escala de 1:1 000 000.

O mapa do estado, na escala de 1 por 500 000, que deverá ser impresso ainda êste ano, está em fase de conclusão.

Em prosseguimento, informou que o D.E.G.C., cumprindo seu programa, elaborou o mapa do estado com os novos municípios. A impressão foi executada na Imprensa Paranaense.

Outras tarefas executadas ali e dadas a conhecer foram as seguintes: medição de terrenos no Alto-Biguacu; redução de 19 folhas do mapa do estado, da escala de 1:1 000 para a de 1:500 000, início dos cálculos do levantamento topográfico da cidade de Uruçanga; levantamento topográfico do rio das Pacas; levantamento topográfico de um terreno em Canasvieiras para o acôrdo florestal; levantamento topográfico da cidade de Lajes; área da nova diocese de Juçaba, cálculo planimétrico; organização do arquivo corográfico; superfície dos municípios do estado, cálculo planimétrico em mapa na escala de 1:800 000; organização do mapa hipsométrico do estado, na escala de 1:500 000; cartas climáticas das seguintes estações meteorológicas: Urubici, Henrique Laje, Porto Belo, Florianópolis, Orleães, Naufragos, Campo Alegre, Blumenau, Cabegudas, Porto União, Erval d'Oeste, Brusque, Quiça-

ba, Uruçanga, São Francisco do Sul, Campos Novos, Itajaí, Laguna, Camboriú, Lajes, Araranguá, Curitiba e Xanxerê; cálculo da densidade da população de alguns distritos do estado para o D.E.E., cálculo planimétrico das áreas dos municípios de Dionísio Cerqueira, São Miguel d'Oeste, Itapiranga, Mondai, Palmitos, São Carlos, Xapccó, Xaxim, Xanxerê, Seara, Concórdia, Erval d'Oeste, Juçaba, Papanduva, Canoinhas, Rio Negrinho, São Bento do Sul e Araranguá; organização da divisão do estado em regiões naturais, subregiões e zonas, para a confecção de cartogramas; cartograma do estado na escala de 1:2 000 000; cartograma do estado com as regiões naturais; cartograma do estado com as zonas; cartograma do estado com as subregiões.

Outras notícias — À margem da Assembléia, houve uma excursão ao sistema hidrelétrico de Ribeirão das Lajes, fonte de energia elétrica do Distrito Federal. Na oportunidade, os senhores delegados tiveram ocasião de conhecer de perto o complexo sistema.

— O coronel RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA, ex-consultor técnico do Diretório Central, foi alvo de expressiva homenagem, prestada pela Assembléia, pelos relevantes serviços dedicados àquele órgão no C.N.G. Na ocasião foi-lhe conferido o diploma de membro honorário do Diretório Central.

— O Eng.º MÁRIO ABRANTES DA SILVA PINTO, conhecido engenheiro de minas, a convite do Conselho Nacional de Geografia, pronunciou, em 6 de julho, uma conferência sob o tema: "A situação dos problemas de combustível no Brasil". Houve debates, nestes tomando parte membros da Assembléia e técnicos especialmente convidados.

— O general JUAREZ TÁVORA, um dos fundadores do I.B.G.E., não podendo comparecer às solenidades de encerramento, dirigiu ao senhor presidente a seguinte mensagem, a qual foi lida na ocasião:

"O modesto papel que a Providência me permitiu exercer na criação do sistema de coordenação da estatística e da geografia no Brasil e minha integração nas diretrizes patrióticas que o têm conduzido tornaram-me um conviva habitual de vossas reuniões.

Impossibilitado, desta vez, de comparecer pessoalmente à sessão das assembleias dos dois grandes Conselhos, não me limitarei a agradecer-vos a gentileza do convite costumeiro, pois desejo ressaltar a quanto esta

entidade tem correspondido à expectativa de seus idealizadores. Assim é, de fato, quer nos setores técnicos, possibilitando o crescente conhecimento da terra, do homem e da vida do nosso país, quer nos diversos domínios políticos e culturais sobre os quais o I.B.G.E. tem exercido profunda e salutar influência, em proveito de reformas essenciais à segurança e ao progresso da nação, e ao bem-estar de seu povo.

Destaco de vossas campanhas memoráveis que têm contado com a minha inteira solidariedade de estudioso dos nossos problemas fundamentais, a obra realizada em prol do municipalismo, não somente no campo da doutrinação, mas através de medidas objetivas que demonstram perfeita compreensão desse ideal na prática mais feliz da cooperação interadministrativa.

As congratulações que vos dirijo por este meio, em virtude de ausentar-me hoje desta capital, são as do velho amigo e constante admirador, jubiloso pelo êxito de mais uma de vossas reuniões plenárias e orgulhoso pelo realce da estatística brasileira nas recentes conferências internacionais.

Reitero-vos, calorosa e cordialmente, meu alto aprêço aos nobres compatriotas e a minha decidida confiança no labor ibgeano, pelo bem do Brasil."

Resoluções aprovadas

N.º 447 — "Aprova a indicação do Diretório Central para a concessão do título de membro honorário do Diretório Central ao senhor coronel Renato Barbosa Rodrigues Pereira, ex-delegado técnico do Ministério das Relações Exteriores".

N.º 448 — "Elege os membros das Comissões regimentais de Coordenação e Redação da XV sessão ordinária da Assembléia Geral".

N.º 449 — "Altera dispositivo do Regimento da Assembléia Geral".

N.º 450 — "Homologa os atos do Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia baixados no período de julho de 1954 a junho de 1955".

N.º 451 — "Aprova as contas do Conselho Nacional de Geografia relativas ao exercício de 1954".

N.º 452 — "Altera o art. 14 do Regimento da Assembléia Geral".

- N.º 453 — “Estabelece medidas gerais de apoio integral à organização e realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia”.
- N.º 454 — “Institui estágio remunerado a técnicos indicados pelos Diretórios Regionais”.
- N.º 455 — “Dá novas normas para constituição e funcionamento das comissões técnicas”.
- N.º 456 — “Dispõe sobre coleta sistemática de documentação geográfica e cartográfica pelas Secretarias dos Diretórios Regionais do Conselho”.
- N.º 457 — “Preenche vagas existentes no quadro do Conselho de consultores técnicos nacionais”.
- N.º 458 — “Formula apêlo aos Serviços Geográficos Regionais a fim de prepararem operadores para os trabalhos de topografia e desenho cartográfico”.
- N.º 459 — “Delega competência ao Diretório Central para deliberar sobre assuntos da atribuição da Assembléia Geral”.
- N.º 460 — “Elege membros das Comissões Técnicas e estabelece os respectivos temas de estudo”.
- N.º 461 — “Atualiza a divisão regional do Brasil, fixada pela resolução número 397, da Assembléia Geral”.
- N.º 462 — “Elege os membros da Comissão de Orçamento e Tomada de Contas para a XVI sessão ordinária da Assembléia Geral”.
- N.º 463 — “Determina a anexação das resoluções e demais deliberações dos D.R.G. aos relatórios apresentados à Assembléia Geral do Conselho, e dá outras providências”.
- N.º 464 — “Associa-se oficialmente à celebração do 1.º centenário da elevação de Macapá à categoria de cidade, tomando o C.N.G. parte efetiva nessas comemorações”.
- N.º 465 — “Autoriza o Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia a constituir uma comissão especial para estudar a região nordeste de Mato Grosso”.
- N.º 466 — “Recomenda à Secretaria-Geral a elaboração de projeto de consolidação das resoluções da Assembléia Geral e do Diretório Central”.
- N.º 467 — “Fixa vantagens aos delegados à XVI sessão ordinária da Assembléia Geral do C.N.G.”.
- N.º 468 — “Apela para o Governô Federal afim de que seja criado um fundo cartográfico nacional de auxílio aos órgãos estaduais e federais que se dedicam aos levantamentos cartográficos”.
- N.º 469 — “Aprova atos dos Diretórios Regionais, baixados no período compreendido entre julho de 1954 e junho de 1955”.
- N.º 470 — “Amplia a concessão a que se refere a resolução n.º 491, de 29-12-54, do Diretório Central”.
- N.º 471 — “Regula a prestação de contas do auxílio financeiro concedido pela Secretaria-Geral do Conselho aos Diretórios Regionais”.
- N.º 472 — “Atribui aos Diretórios Regionais o encargo de acompanhar as alterações nos quadros territoriais e administrativos das respectivas unidades federadas e dá outras providências”.

Encerramento — O encerramento dos trabalhos realizou-se no dia 11, às 20,30 horas, em sessão solene, no auditório do I.B.G.E., sob a presidência do Dr. ELMANO CARDIM, presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ao ato, que contou com a presença de grande número de autoridades especialmente convidadas, compareceram os membros das duas alas da Assembléia. Os secretários-gerais dos Conselhos Nacionais de Geografia e Estatística, apresentaram relatórios das atividades das respectivas Assembléias durante seus trabalhos ordinários. Falaram na ocasião, além dos representantes à Assembléia, o senhor presidente que se congratulou com seus pares pelo êxito do certame que ora se encerrava. Em seguida, publicamos o relatório do Dr. FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia:

“Tão marcadamente ibgeana, pela fraterna expressão dêsse encontro, a solenidade que ora se realiza assinala o encerramento conjunto da XV sessão ordinária das Assembléias Gerais dos Conselhos Nacional de Geografia e Estatística.

Correspondam, pois, as minhas primeiras palavras a um agradecimento efusivo aos no-

bres companheiros da delegação federal e da delegação regional pela maneira patriótica, eficiente e cooperativa com que revestiram sua valiosa contribuição para o êxito dos nossos trabalhos. Não se afastando da tradição desta Casa, a presente Assembléia, estou certo, ficará registrada nos anais da entidade pela perfeita harmonia com que transcorreu e pela fecunda significação de seus resultados para o desenvolvimento da Geografia do Brasil e a consolidação da estrutura do sistema regional do Conselho.

De fato, através de 26 resoluções, 11 moções e 4 indicações, tomadas tôdas em meio a intenso labor desenvolvido no plenário e nas Comissões, a XV Assembléia Geral deu conta do seu decidido empenho em fornecer à Secretaria-Geral do Conselho, de forma objetiva, os instrumentos de ação capazes de lhe permitirem a execução de seus superiores objetivos. Por outro lado, mediante vários pronunciamentos, o plenário da Assembléia manifestou a expressão do seu reconhecimento pelo atos e iniciativas de interesse geográfico, havidos no país, formulando também cabíveis apelos e solicitações em favor de providências de interesse nacional, no setor de sua especialidade.

Assim, no tocante às resoluções baixadas, cabe ressaltar, desde logo, a de n.º 468, que prevê a constituição de um "Fundo Cartográfico Nacional", com o fim de reunir os recursos financeiros necessários, destinados a propiciar a urgente expansão, por todo o país, dos trabalhos de levantamentos cartográficos, em ritmo novo e com a adoção de métodos modernos, visando ao preparo de mapas, indispensáveis ao atendimento das crescentes solicitações que resultam do acelerado progresso da nação brasileira.

Ao ensejo devo expressar o reconhecimento do Conselho Nacional de Geografia, ao Serviço Geográfico do Exército, à Diretoria de Hidrografia e Navegação, ao Departamento Geográfico de Minas Gerais e ao Instituto Geográfico e Geológico de São Paulo, pela relevante contribuição que tais organismos vêm, desde muitos anos, de forma heróica e obstinada, prestando à Cartografia Nacional, através de uma atividade que, de par com o seu alto sentido cultural e técnico, reflete, antes de tudo e acima de tudo, fervor patriótico, elevada expressão de amor à terra brasileira. Igualmente declino, com justificada gratidão, os denodados esforços de instituições mais novas, porém atuantes e profficuas, como os Departamentos Geográficos dos estados da Ba-

hia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e de tantas outras unidades federadas que já iniciaram a elaboração de trabalhos geográficos, freqüentemente conjugados aos de estatística.

Outra resolução que merece prioridade nesta apreciação conjunta, é a de n.º 455, que "Dá novas normas para a constituição e funcionamento das Comissões Técnicas". Tais órgãos, previstos no decreto n.º 1 527, que instituiu o Conselho, têm elevados objetivos culturais e técnicos, com uma nítida função a desempenhar na obra de difusão, incentivo e coordenação de estudos geográficos de interesse do país. Por isso mesmo, a Assembléia Geral, dando ampla demonstração de seu descortino, houve por bem reestruturar as normas de constituição e funcionamento desses órgãos consultivos da entidade, permitindo-lhes, agora, a necessária facilidade de contacto entre seus membros, com os novos recursos que a Secretaria-Geral lhes deverá pôr à disposição. Tal deliberação garantirá a essas Comissões atingirem, plenamente, suas grandes finalidades, que, de acôrdo com o artigo 1.º da mencionada resolução, consistem em apresentar planos, normas e projetos para sistematização de empreendimentos da alçada do Conselho, e realizar, à guisa de contribuição, estudos geográficos sobre problemas técnicos e culturais de atualidade nacional ou regional, em cuja solução o conselho estiver interessado, e, finalmente, elaborar trabalhos geográficos sobre temas de caráter amplo, como parte da contribuição do Conselho a reuniões nacionais ou internacionais.

Ao fixar os tempos de estudo para as novas Comissões eleitas, a Assembléia Geral, com a objetividade que lhe caracterizou os trabalhos, deu preferência àqueles que se incluem no plano do temário estabelecido para o XVIII Congresso Internacional de Geografia, a reunir-se no Rio de Janeiro, em agosto de 1956. Em conseqüência, para as seis comissões previstas — a de "Levantamentos Territoriais", a de "Cartografia", a de "Geografia Física", a de "Geografia Humana", a de "Geografia Regional" e a de "Metodologia e Didática da Geografia" — foram escolhidos, respectivamente, os seguintes temas: "Métodos a serem empregados na cartografia das regiões de florestas tropicais"; "Simplificação do desenho de cartas para impressão"; "Problemas da morfologia litorânea do Brasil Meridional"; "O uso da terra e a economia da água na região semi-árida do Nordeste"; "Estado atual do conhecimento geográfico do

estado de São Paulo” e, por fim, “O papel da ciência geográfica na educação rural do Brasil”.

Escolhendo êsses temas, visaram, com acêrto, os convencionais da geografia brasileira a utilizar os resultados de tais estudos como contribuição do Conselho ao XVIII Congresso Internacional.

Em preparação ao magno certame, a Assembléa, lembrada dos fundamentos legais da criação do Conselho, decidiu, mediante a resolução n.º 453, estabelecer medidas gerais de apoio integral à sua resolução, do que não poderia declinar, por força mesmo da sua condição de órgão oficial de ligação do Brasil à União Geográfica Internacional, promotora do Congresso.

Senhores delegados:

Essa será a grande oportunidade de descerarmos a paisagem brasileira aos olhares atentos e perscrutadores de geógrafos de todo o mundo.

Essa também será — senhores — a oportunidade excepcional de exibirmos, a cientistas vindos de tôdas as latitudes, o quadro dinamizado das realidades nacionais, face à luta ingente do homem, no seu afã diuturno de vencer os óbices da natureza com as armas e os recursos da técnica e os ensinamentos recolhidos da moderna geografia. Daí o nosso empenho em assegurar o êxito do XVIII Congresso Internacional de Geografia.

No plano estritamente nacional, devo, por outro lado, salientar a ênfase conferida na presente Assembléa ao estudo dos problemas regionais e às medidas tomadas para o fortalecimento e adequada estruturação dos Diretórios do Conselho nas unidades federadas do país.

Dessa ênfase e dessas medidas, dão testemunho eloqüente várias resoluções aprovadas: a de n.º 454, que institui estágio remunerado no C.N.G. para técnicos indicados pelos Diretórios Regionais, é da maior oportunidade para ampliação dos quadros de profissionais que, nos estados e territórios, se empenham nos trabalhos de levantamento topográfico, de desenho cartográfico e de pesquisa geográfica. E completando os felizes propósitos dessa deliberação, a resolução número 458 dispõe sobre o preparo e treinamento de operadores para a execução de trabalhos de topografia e de desenho cartográ-

fico, de que se deverão incumbir os Serviços Geográficos existentes.

Os problemas da divisão regional do Brasil, também do mais alto interesse dos nossos colegas estatísticos, mereceram remarcada atenção da Assembléa, que, a respeito, teve oportunidade de baixar a resolução 464, atualizando a divisão regional do país, face ao novo quadro territorial-administrativo, vigente a 31 de dezembro de 1954. Todavia, a plena vigência dessa divisão regional só se efetivará depois do pronunciamento dos respectivos órgãos locais, do ponto de vista da exatidão geográfica dos quadros fixados.

É do conhecimento geral o empenho do nosso I.B.G.E. em preservar os salutareos princípios de sistematização da divisão territorial, consubstanciados no decreto-lei número 311. Sua aplicação, em determinado instante, possibilitou a comprovação de suas reais vantagens, testemunhadas pelos geógrafos e estatísticos de todo o país. Neste particular, houve por bem a Assembléa decidir a respeito, aprovando a resolução 472, que atribui aos Diretórios Regionais do Conselho o encargo de acompanhar as alterações nos quadros territoriais e administrativos das respectivas unidades federadas e diligenciar junto aos poderes competentes no sentido da preservação do espírito contido nas normas de racionalização e sistematização preconizadas pelo Instituto.

Enfeixando o relacionamento dos atos baixados pela Assembléa, no âmbito de interesse do sistema regional do Conselho, podemos anotar ainda as seguintes resoluções: a de n.º 456, que dispõe sobre a coleta sistemática de documentação geográfica e cartográfica pelas Secretarias dos Diretórios; a 470, que permite a remuneração a colaboradores dêsses Diretórios à conta do auxílio financeiro concedido pela Secretaria-Geral; a 465, que autoriza a constituição de uma comissão especial para estudar a região nordeste de Mato Grosso, em cooperação com o Diretório Regional dessa unidade; e a de n.º 464, que associa o Conselho oficialmente à celebração do primeiro centenário da elevação de Macapá à categoria de cidade.

Assim, meus senhores, a enunciação dessa parte de nossos trabalhos, feita com propositada singeleza, revela que o Conselho Nacional de Geografia vem buscando realizar a sua perfeita integração num verdadeiro

sistema nacional, com suas colunas mestras assentadas nos Diretórios Regionais, cuja consolidação tem constituído a política dominante nos últimos plênários do órgão deliberativo máximo da entidade.

Guia-nos a todos, nesse movimento, o magnífico exemplo oferecido pelo sistema regional do Conselho Nacional de Estatística, cujo modelar funcionamento tem suas fontes permanentes de inspiração no ideário ibgeano de MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS.

Ao fazer o relato regimental das deliberações de maior conteúdo, não poderia deixar de referir aqui à resolução 466, que recomenda à Secretaria-Geral medidas tendentes a estabelecer a consolidação da legislação orgânica do Conselho, votada pelos seus órgãos deliberativos maiores. Através dessa legislação que se estende por cerca de 1 000 resoluções, buscaram — Diretório Central e Assembléia Geral — dar solução a quantos problemas, durante os 18 anos de existência do Conselho, surgiram ligados ao desenvolvimento das atividades geográficas no país.

Presente a todos os acontecimentos que de forma direta ou indireta se vinculam aos fatos da geografia brasileira, a Assembléia, em oportuna moção, pronunciou-se congratulatoriamente com os poderes executivo e legislativo do estado de Goiás, pela solicitude, patriotismo e elevação de princípios com que têm encarado o problema da transferência da capital da República. Congratulou-se igualmente, sobre o mesmo assunto, com a comissão de localização da nova capital, sob a presidência do eminente brasileiro, marechal JOSÉ PESSOA.

Se internamente o encaminhamento de magnos problemas de interesse nacional foi objeto de cogitação por parte da Assembléia, à sua sensibilidade patriótica não passou despercebida a vitória da diplomacia brasileira nas Nações Unidas, conquistando a aprovação de sua proposta sobre o velho problema de delimitação da faixa do mar territorial. Deí haver resultado o pronunciamento de congratulações ao Itamarati pelo fato.

Sobre o levantamento fotogeológico de cerca de 500 000 quilômetros quadrados, ora procedido na região amazônica, mediante convênio firmado entre o Ministério da Agricultura e a Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia, formulou a Assembléia aplausos pela realização desse empre-

endimento, que resultará em contribuição de grande relêvo para os estudos das bacias dos rios Araguaia-Tocantins e Xingu.

Fiel à inspiração cristã do povo brasileiro, e trabalhando sob a influência do cenário febrilmente preparado para a realização do XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, votamos expressiva moção congratulatória aos altos dignatários da Igreja pela realização desse luminoso evento em terras do Brasil, nascido sob o signo da cruz.

Foi curta a duração da presente Assembléia. Não obstante, dela resultaram pronunciamentos dos mais fecundos.

Por isso mesmo, a excursão e a visita feita pelos senhores delegados às instalações hidrelétricas da Companhia de Carris, Luz e Fôrça do Rio de Janeiro, na serra do Mar, constituiu reconfortante corolário a tanto esforço despendido. Valeu como uma aula de geografia, a céu aberto, vivo, palpitante.

Senhores delegados:

O relato aqui feito, além de atender a imperativos regimentais, traduz, igualmente, a justificada alegria de um antigo servidor do Conselho pela feliz oportunidade de — na qualidade de seu secretário-geral — haver participado, modestamente, dos trabalhos da Assembléia. O que avulta nesse relato é a expressão mesma dos relevantes pronunciamentos tomados durante cinco dias de intenso e profícuo labor. Em meio à solenidade de que estamos participando, significa êle o ponto final do nosso presente encontro, em função dos trabalhos da XV sessão ordinária.

Todavia, nessa oportunidade, ainda prestaremos reverente e grata homenagem a um velho companheiro, encanecido a serviço do Brasil.

Ao conceder, em memorável resolução, o título de “Membro Honorário” do Diretório Central, ao eminente coronel RENATO BARBOSA RODRIGUES PEREIRA, a Assembléia dignifica expressivamente, quem, por cerca de 18 anos, com assiduidade e patriotismo, prestou ao Conselho inteligente, serena e profícuo colaboração.

É, pois, espelhando-nos em tão magnífico exemplo, de amor ao trabalho e dedicação à vida pública, do varão que vamos homenagear, que estenderemos efusivamente, uns aos outros, as nossas mãos, em fraternal despedida, sob o signo da gratidão e na ambiência acolhedora desta Casa de exemplares dedicações”.